

# EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL<sup>1</sup>

Janaina Novaes Sobrinho<sup>2</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

A educação no Brasil nunca foi prioridade para o poder público. As escolas públicas municipais também fazem parte deste descaso, especialmente no semi-árido da Bahia, funcionando nas pequenas comunidades rurais, e são altamente precárias, sem apoio, não oferecendo às crianças uma educação eficaz e de qualidade.

A partir da experiência do Projeto Conhecer, Analisar e Transformar a Realidade Rural (CAT), desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Movimento de Organização Comunitária (MOC) e nove Prefeituras Municipais do semi-árido baiano, busca-se o desenvolvimento local da comunidade a ser construído partindo-se da educação, da participação e do envolvimento de todos. Adequam-se os conteúdos curriculares trabalhados na escola à realidade do aluno, enquanto toda a família e a comunidade participam da construção do conhecimento, intervindo nessa realidade, com a convicção que “Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra”. (FREIRE, 1997). A partir daí ocorre um enfrentamento maior, por parte dos alunos, da vida real, como cidadãos, tendo como apoio a própria LDB no seu artigo 28, conforme se lê abaixo:

- a) conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos na zona rural;
- b) organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- c) adequação à natureza do trabalho na zona rural.

E, uma vez aplicados, esses princípios são uma porta efetiva para que a realidade local e regional penetre na escola, possibilitando a aplicação quase integral do artigo 28 da LDB.

Os principais objetivos estão em:

- a) melhorar a qualidade do ensino rural, especificamente no semi-árido, através da qualificação do professor e para que este use uma metodologia que respeite e valorize o homem do campo, sua cultura e seu trabalho;
- b) aprofundar a discussão teórico-metodológica sobre a qualidade do ensino rural, na perspectiva de maior relação entre escola, comunidade e desenvolvimento agrícola sustentável para o semi-árido;
- c) contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas educacionais para as escolas rurais, políticas estas que considerem a realidade rural, o homem, os seus habitantes e o meio ambiente. (BAPTISTA, 1999).

---

<sup>1</sup> Relatos de experiências de extensão e de pesquisa exploratória, sob a orientação da Professora Nacelice Barbosa Freitas, do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. [jananovaes@bol.com.br](mailto:jananovaes@bol.com.br).

## 2. METODOLOGIA

A metodologia de trabalho desenvolvida baseia-se em duas ações:

a) enquanto parte integrante da UEFS/MOC:

Professores e estagiários (bolsista) que fazem parte da coordenação e assessoria do Projeto realizam oficinas, dias de estudo, reuniões semanais, reunião de planejamento por unidade e visitas às escolas, na busca de sanar dificuldades específicas dos professores e alunos envolvidos no projeto, num processo coletivo de troca e construção do conhecimento.

a) enquanto parte integrante da comunidade Escola x Família:

- baseando-se em Paulo Freire, usamos a metodologia ação-reflexão-ação. Freire nos ensina que toda atividade educativa é uma ação política, no sentido de desenvolver o senso crítico do aluno, para uma tomada de posição consciente diante dos fatos e da sociedade. Queremos contribuir para a formação de cidadãos. Então, os elementos metodológicos básicos do nosso trabalho são o desenvolvimento do conhecer – analisar – transformar. (BAPTISTA, 1999);

- conhecer demanda uma pesquisa da realidade em que o aluno está inserido, buscando conhecer a circunstância que o circunda;

- analisar é um exercício de ouvir. Analisar e desdobrar, com os alunos, as respostas que eles trazem da pesquisa, os seus levantamentos de dados, criando assim oportunidades de aprofundar o assunto e, ao mesmo tempo, fazendo a ponte entre estas informações e os conteúdos das disciplinas. Aí, dá-se a construção do conhecimento;

- transformar é a análise da realidade pesquisada e o aprofundamento dos conhecimentos, a partir das reflexões, que conduzem, necessariamente, ao processo professor, aluno e pais/comunidade.

A partir do aprofundamento do conhecimento e da reflexão, juntos, professores, alunos e pais/comunidade, promovem-se algumas atividades coletivas para resolver tais problemas, ou ao menos, amenizá-los.

A tabela 1 mostra os dados relativos ao número de escolas, municípios e alunos envolvidos no Projeto CAT-2003.

**TABELA 1**

Município	Nº de Professores	Nº de Comunidades	Nº de Escolas	Nº de Alunos						Nº de Coordenadores
				Alfa.	1ª	2ª	3ª	4ª	Total	
Araci	59	33	41	139	414	261	374	335	1523	2
Cansanção	56	44	42	210	340	198	321	189	1258	3
Capim Grosso	26	25	27	234	196	173	176	148	927	1
Conceição do Coité	34	16	18	174	220	191	165	163	913	2
Retirolândia	38	20	19	91	276	187	143	129	826	1
Riachão do Jacuípe	26	21	22	113	135	113	126	109	596	2
Santa Luz	17	13	13	67	102	118	132	96	515	1
Santo Estevão	20	09	09	22	155	127	136	112	552	2
Valente	25	19	19	30	147	132	100	112	521	1
<b>TOTAIS</b>	<b>301</b>	<b>200</b>	<b>210</b>	<b>1080</b>	<b>1985</b>	<b>1500</b>	<b>1673</b>	<b>1393</b>	<b>7631</b>	<b>15</b>

Fonte: CAT 2003

Convém ressaltar que o CAT não traz soluções para todos os problemas de educação no semi-árido. Ele dá uma contribuição, quando tenta realizar:

- a) o estudo da realidade, analisando-a e propondo mudança de atividade na utilização da natureza e na vivência com a seca;
- b) a participação popular no gerenciamento coletivo da escola;
- c) o envolvimento da família que permite acompanhar o trabalho realizado pela escola;
- d) o favorecimento da permanência do aluno na escola e de melhor aprendizagem;
- e) a melhoria do ensino por meio da qualificação permanente do professor e de uma metodologia baseada na análise da realidade.

Esses elementos não determinam uma resolução para a convivência com a seca, mas também não lhe são alheios. A seca deve ser observada, analisada, gerenciada como o macro-universo onde está inserida a unidade escolar e, como tal, pertence à dimensão estrutural do país, o que exige vontade política dos governantes e definições de ações concretas de políticas voltadas para tal convivência, e não ações isoladas e paliativas.(BAPTISTA, 1999).

É necessário que a sustentabilidade seja construída a partir da educação, da escola, da participação e envolvimento de todos, quando nem a educação nem a escola são neutras diante de modelos de desenvolvimento existentes em toda a sociedade. Esse desenvolvimento não leva em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, social, política, cultural numa perspectiva futura, mas conduz a que lutemos com esperança, esperança de se ter uma Pedagogia da sustentabilidade. Já diz Paulo Freire (1997):

Sem o mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate, mas sem o embate, a esperança como necessidade ontológica, se desarvora, se desendereça e se torna desesperança que às vezes se alonga em trágicos desesperos. Daí a precisão de uma certa educação. Educação da Esperança.

### 3. REFERÊNCIAS

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural**: Urbanização e Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

BAPTISTA, Francisca, BAPTISTA, Naidson de Q. (org.) **Escola Rural**: Uma experiência uma proposta. Feira de Santana-Ba. MOC/UEFS, 1999.